

Editorial

GOVERNADOR IMPÕE PARCELAMENTO DE DIREITOS

Deputados distritais aprovaram, na terça-feira (10/2), a Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). Agora, o Governo do Distrito Federal (GDF) pode adquirir empréstimo de R\$ 400 milhões e quitar os salários atrasados. Essa solução é resultado da resistência do Sinpro-DF ao parcelamento proposto pelo GDF. Nas negociações realizadas, os dirigentes sindicais recusaram o parcelamento. Direitos trabalhistas consagrados e salários não são objetos de parcelamento e de barganha.

A ARO também foi resultado das articulações com os distritais, em que se buscou sensibilizá-los para o problema que o atraso causou na vida de milhares de famílias e que, com esse recurso, o GDF sanaria todas as pendências. Desde dezembro de 2014, o GDF havia atrasado a rescisão dos contratos temporários, férias, 13º salário dos(as) aniversariantes de dezembro e as diferenças de 13º salário dos(as) aniversariantes de janeiro a agosto. Em janeiro, o governo pagou o salário atrasado. Várias manifestações e um acampamento na Praça do Buriti foram realizados para lembrar que com direitos consagrados em leis não se barganha. O atraso ou o não pagamento é infração à legislação

em vigor, como a Lei Complementar nº 840/11.

A comissão de negociação buscou evitar que o Distrito Federal integrasse as unidades da Federação sistematicamente devedoras e recorrentemente displicentes com os salários da Educa-

ção e Saúde, cujos recursos são sempre desviados para outras finalidades não essenciais. Numa constante inversão de valores, esses dois setores são tradicionalmente tratados, no Brasil, como secundários e, por isso, factíveis de cortes orçamentários. A pressão se inten-

sificou em 9 de janeiro, quando a Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT-Brasília) montou o acampamento na Praça do Buriti e quando o GDF cedeu à insistência do Sinpro-DF de unir os poderes públicos para resolver o problema com a aprovação da ARO.

A posição firme do Sinpro-DF de não aceitar parcelamento foi decisiva para o GDF ceder e anunciar o envio do projeto de lei da ARO à Câmara Legislativa. Essa posição derrotou a ideia de impossibilidade financeira para realizar o pagamento de salários, conforme discurso do GDF. No entanto, as decisões político-administrativas do novo governo diante do alegado rombo nos cofres do GDF foram os termômetros indicadores de que o futuro será de enfrentamentos para garantir avanços nas conquistas da categoria.

As deliberações do novo governo para debelar a crise apontaram para um modelo econômico tragicamente vivido pelos brasileiros na década de 1990: o choque de gestão, o qual enseja mais atrasos de pagamentos, cortes de mão de obra, suspensão de concursos públicos e de reajustes salariais, demissões e outras ações que configuram o conceito de Estado mínimo ainda em uso no Brasil.



MOBILIZAÇÃO GARANTE APROVAÇÃO DA ARO

O Projeto de Lei nº 141/2015, sobre a Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), foi aprovado no dia 10 de fevereiro, quase que por unanimidade: 21 dos 24 deputados votaram a favor. Apenas três ausentes. Esse resultado era previsto. A comissão de negociação do Sinpro reuniu-se várias vezes com os parlamentares para que a apreciação da ARO se tornasse prioridade.

A ARO permite ao GDF contratar empréstimo de R\$ 400 milhões. Porém, a quitação desse débito ainda levará alguns dias para se materializar, visto que é necessário que se cumpra um trâmite nas instituições

federais. Contudo, isso depende do empenho do Poder Executivo para dar agilidade a esse processo.

O empréstimo deve ser pago até dezembro deste ano. Por isso, foi aprovada a criação de uma subcomissão, formada pelos deputados Júlio César (PRB), Professor Israel (PV) e Wasny de Roure (PT), para fiscalizar a exigência de que os juros a serem negociados com o banco executor do empréstimo não passem de 15,2% ao ano.

Plenário – A ARO tinha de ser aprovada em Plenário e voltar ao Executivo para a sanção do governador Rollemberg. E no Plenário a tarde foi longa. Lá em cima,

na Galeria Jorge Cauhy, professores(as) aguardaram a tarde toda pela votação do PL nº 141/2015.

Debate acalorado entre os parlamentares. Às vezes, em coro, os(as) docentes gritavam palavras de ordem, geralmente, as mesmas escritas nas faixas penduradas na vidraça que serve de anteparo entre o elevado da galeria e o Plenário: ARO já! Governador, pague os salários dos(as) professores(as). Lá embaixo, no Plenário, os distritais governistas tentavam forçar uma votação casada, vinculando a ARO ao PL nº 142/2015, o do pacote fiscal.

Proposta do Sinpro-DF – A ARO é

uma proposta da comissão de negociação do Sinpro-DF que, desde o início do ano, não aceitou o parcelamento do salário e de outros direitos trabalhistas e propôs que o governo apresentasse a antecipação de receita orçamentária como forma de quitação de todos os débitos com os(as) servidores(as) do GDF.

Essa vitória parcial é importante porque, embora quando a verba da ARO sair, o GDF já esteja pagando a terceira parcela das férias, há uma parte da categoria que não recebeu o 13º e, com a antecipação, receberá. Agora, o GDF terá condições de suspender o parcelamento.



Trabalhadores(as) em Educação acompanharam votação da ARO



CUT: unidades das categorias garante avanços

ARBITRÁRIO NOVO CALENDÁRIO ESCOLAR COMPROMETE QUALIDADE DO ENSINO

Alteração de datas anunciada pelo governo desrespeita comunidade escolar

Sob o argumento falacioso de realizar “grandes reformas” em cerca de 170 escolas públicas – na realidade são reparos pontuais – o GDF cometeu a sua primeira “proeza” pedagógica em 2015: empurrou o início do ano letivo em duas semanas.

Nada disso seria necessário, pois em todos os anos as tais reformas – capinagem, pintura de parede, troca de fechaduras e outros pequenos reparos – têm sido feitas com tranquilidade no período de recesso e férias, definidas nos calendários escolares que, aliás, são construídos pela categoria em conjunto com o Sinpro e o GDF. O próprio secretário de Educação, Júlio Gregório, admitiu em nota que “são reformas necessárias em todo fim de ano letivo”. Portanto, não se justifica a alteração do calendário por esses motivos.

Pelas novas regras, o retorno dos(as) professores(as) ficou para o dia 19 de fevereiro e o início do ano letivo para o dia 23 de fevereiro, com término em 29 de dezembro de 2015.

Esta nova pedagogia também inaugura a marca que o GDF pretende imprimir ao lidar com os(as) professores(as) e o Sinpro: a marca

da arbitrariedade.

Em momento algum a categoria e o Sindicato foram chamados e ouvidos acerca das mudanças, desconsiderando-se uma história de sucesso que vinha sendo construída, democraticamente, desde 2007. O atual calendário, montado de forma unilateral, desrespeita a comunidade escolar na medida em que, entre outras mudanças, reduz o período de recesso de julho e diminui os feriados, levando as aulas para até depois do Natal. Em outras palavras, compromete a saúde dos(as) professores(as) – acometidos, principalmente, por ansiedade e depressão –, afeta o descanso dos estudantes, desorganiza o planejamento de todos e, acima de tudo, desarticula uma proposta pedagógica pensada e voltada para a escola pública de qualidade.

Em resposta a isso tudo, Júlio Gregório utilizou um argumento que resume bem o que enfrentaremos: “é prerrogativa do governo”.

O Sinpro considera o episódio no mínimo lamentável e já antevê o comprometimento de uma relação que deveria se iniciar baseada no respeito, confiança e franqueza.

28/10
Ato público dos aposentados. Licença-prêmio. (pecúnia)

18/11
Aposentados ocupam SEAP. 22h, de negociação.

08/12
Ato público. Atraso salário de novembro.

10/12
GDF paga salário de novembro/2014.

22/12
Ato público. Atraso 13º e diferenças.

24/12
Sinpro ingressa com ações judiciais

26/12
Solicitação de reunião com SEAP.

29/12
Reunião com Agnelo. Participação da Saúde.

30/12
Reunião com equipe de transição. Impede exercício findo do 13º.

18/11
Ato público dos aposentados. Licença-prêmio. (pecúnia)

04/12
Ato público dos aposentados. Licença-prêmio. (pecúnia)

09/12
Ato público. Atraso salário de novembro.

19/12
GDF paga acertos financeiros dos professores aposentados

22/12
Mesa de negociação.

26/12
Reunião na CUT. Forma-se comissão de negociação.

26/12
Reunião com Agnelo Queiroz e Wilmar Lacerda.

05/01
Início das férias. GDF não paga abono.

07/01
GDF baixa novo calendário escolar. Prorroga férias para 19/1 e retira coordenadores pedagógicos do 1º bimestre letivo

Reunião CUT-Brasília
Rodri

09/01
CUT-Brasília instala acampamento na Praça do Buriti.

15/01
GDF impõe parcelamento. Sinpro se retira. Saúde aceita parcelamento.

Início d
atrasa
pagame

02/01
Data do pagamento do abono de férias. GDF não paga

08/01
5º dia útil de jan/2015. GDF não paga salário de dez/2014.

15/01
Primeira rodada de negociação com Educação e Saúde.

19/01
Ato público. Roda e categorias p
Monume

LINHA DO TEMPO: LUT

ACAMPAMENTO DA CUT NA PRAÇA DO BURITI REFLETE O DESCASO DO GDF COM SERVIDORES(AS)

Professores(as) e orientadores(as) ficaram mais de uma semana no local e cobraram do governo o pagamento de tudo o que ele deve

A situação do Governo do Distrito Federal (GDF) tornou-se insustentável para a categoria. Professores(as) tiveram de contrair dívidas com bancos e vêm pagando juros porque o GDF atrasou pagamentos e não fez o acerto dos(as) profissionais temporários, assim como das

férias e 13ºsalário da categoria. As festas de fim de ano foram melancólicas para muitos e parte deles acampou na Praça do Buriti, pois não suportou o acinte do governo. Durante o acampamento, a reportagem do Sinpro-DF conversou com vários(as) professores(as).

Helenice Paes acampou a partir do dia 10 de janeiro. Com três filhos (de

7, 9 e 19 anos), a professora do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (Asa Sul) contou o drama que vem enfrentando. “A vida está difícil. Às vezes dá vontade de chorar, mas temos de levantar a cabeça e continuar lutando. Minha única fonte de renda é dar aula, crio meus filhos sozinha. Um deles é especial, o que acarreta muitos

gastos com remédios. Continuo aqui, é uma experiência muito válida para mim e um grande ensinamento para meus filhos”, diz.

Situação semelhante é a da professora Maria Betânia Calixta Ferreira, da Escola Rural Casagrande, no Gama. “Estou aqui desde o dia 9 de janeiro, com meu marido e os dois filhos. No dia 14, entrou o pagamento, mas o dinheiro já acabou, pois eu tinha muitas pendências, contas atrasadas, pagando juros, continuo no negativo. Tenho 28 anos de magistério e nunca vi nada parecido. Trabalhei e mereço receber por isso. Não é fácil estar aqui acampada, precisando ir para a casa de amigos tomar banho. Até a luz da praça o GDF cortou para dificultar nossa situação, mas continuamos firmes. Não saio daqui, tenho de dar exemplo para minha família de como se deve fazer no futuro”, relata.

A luta é fundamental e prossegue por tempo indeterminado. “Tínhamos o problema do salário de dezembro e, depois que montamos o acampamento, este pagamento foi realizado. Estão aqui diversas categorias que não concordam com o parcelamento proposto pelo GDF”, aponta Douglas de Almeida, secretário da juventude da CUT Brasília.

“O modelo que está sendo implantado pelo GDF é copiado de Minas Gerais. E todo mundo sabe muito bem qual foi o tratamento que a Educação teve por lá. Temos desafios pela frente e não nos falta coragem e unidade para enfrentá-los”, resume Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro.



Professores(as) e orientadores(as) acampam doze dias na Praça do Buriti

12/01

do Sinpro-DF, SAE e a com o governador go Rollemberg

16/01

Data que marcou as 48 horas que anteciparam o início das férias, segundo o novo calendário. O GDF não paga o abono de férias pela segunda vez.

10/02

Deputados distritais aprovam a ARO em Plenário quase que por unanimidade: dos 24 parlamentares, 21 votaram a favor da ARO e três não compareceram à Câmara Legislativa

19/01

as férias. GDF duas vezes o onto das férias.

30/01

Arbitrariamente, o GDF paga parcela do um terço das férias da categoria

04/02

Apitação na sessão ordinária da CL na Rodoviária

05/02

GDF manobra e não permite votação da ARO

23/02

Assembleia com paralisação - 1º dia letivo -

1

oviários, FNL aram Eixo ntal.

20/01

Terceira rodada de negociação. Sinpro rejeita parcelamento. GDF aceita ARO.

03/02

1º sessão legislativa de 2015. Sinpro promove panelaço na CL pela ARO

05/02

GDF parcela salário e o 13º dos aniversariantes de janeiro

19/02

Professores retornam das férias

TA COMEÇOU EM OUTUBRO DE 2014



UM DIA DE CADA VEZ: PROTESTOS PARA GARANTIR DIREITOS TRABALHISTAS

A luta pelo pagamento dos atrasados começou em outubro de 2014. Aposentados(as) de agosto, setembro e outubro que não haviam recebido acertos financeiros referentes à licença-prêmio não gozada, organizados na Secretaria de Aposentados(as) do Sinpro, realizaram vários atos públicos, uma paralisação com compactação de horário e ocuparam a Secretaria de Administração Pública, conseguindo, finalmente, o pagamento dos acertos.

Nos dias 8 e 9 de dezembro, o Sinpro-DF mobilizou a categoria para dois atos públicos em protesto pelo atraso do salário de novembro que deveria ter sido depositado no quinto dia útil. O governo Agnelo comprometeu-se a pagar no dia 10. E pagou.

Décimo terceiro - Todavia, em dezembro, os problemas começaram. O ex-secretário de Gestão Administrativa, Wilmar Lacerda, havia garantido que o pagamento do 13º dos aniversariantes de dezembro seria pago juntamente com as diferenças de quem fez aniversário entre janeiro e agosto. Não foi feito. Após esse atraso, a direção do Sinpro intensificou a luta pelo pagamento dos atrasados. Estava em curso o governo de transição.

No dia 22/12, uma manifestação na Praça do Buriti culminou com nova reunião no GDF e com promessas de pagamento ainda para ocorrer na noite do mesmo dia. A categoria imaginava entrar de férias com todos os pagamentos em dia. Não aconteceu. Entre os dias 24 de dezembro de 2014 e 9 de janeiro de 2015, o Sinpro ingressou com várias ações na Justiça pedindo o pagamento imediato. Deparou-se com o recesso judiciário.

Ações na justiça - No dia 24/12, o Sindicato entrou com uma medida cautelar e com um mandado de segurança co-

brando o pagamento imediato. Mas não foi isso que aconteceu. Para surpresa de todos, a ação foi julgada por uma juíza que, em vez de mandar pagar, pediu para que o governo explicasse por que não havia executado o pagamento. Dia 26, a equipe de advogados do Sinpro-DF entrou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) com uma ação responsabilizando o governador Agnelo Queiroz por crime de responsabilidade solidária. A ação era uma imputação de crime à pessoa do governador Agnelo em conjunto com o GDF por não ter feito o pagamento do 13º em dezembro, como determina a Lei Complementar nº 840/2011.

No dia 26 de dezembro, houve uma reunião na CUT-Brasília com representantes de outros sindicatos e, juntamente com o Sinpro, solicitaram reunião com o governo Agnelo. Formada a comissão, a reunião ocorreu no mesmo dia 26. O GDF reafirmou que os pagamentos seriam executados ainda no governo Agnelo. Avisou que estava promovendo o remanejamento de Orçamento e aguardando recursos que viriam do governo federal. Nada aconteceu.

No dia 29/12, durante outra reunião com o governo para tratar dos atrasados, com a participação de representantes da Saúde, Agnelo Queiroz traçou histórico de dificuldades que o impediam de efetuar a quitação da dívida. Mas manteve o compromisso de pagar ainda durante o seu governo. Nada se concretizou. Encerrou 2014 sem o pagamento do 13º. Desgastes e transtornos na categoria. Entre os dias 22/12/2014 e 9/1/2015, o Sinpro ingressou com várias ações na Justiça para obrigar o GDF a pagar os atrasados.

Novo calendário escolar - No dia 30/12/2014, o Sinpro se reuniu com o governo de transição para negociar os atrasados e assegurar que o 13º não ca-

ísse no fosso do “exercício findo”, o qual já acumula mais de R\$ 100 milhões de direitos trabalhistas só da área de Educação. As férias começaram no dia 2/1/2015. No dia 5, o GDF ainda não havia pago o abono de férias e adotou novo calendário escolar, alterando, sem consultar a categoria, a data de férias que estava em curso. A manobra era para não ficar na condição de devedor. Marcou o início das férias para o dia 19/1. Não pagou. É o primeiro governo que atrasa as férias duas vezes seguidas no mesmo mês.

Sinpro recusa parcelamento - No dia 12/1, o GDF antecipou reunião de negociação prevista para o dia 16, mas a comissão de negociação se retirou do Palácio do Buriti porque não havia ambiente apropriado para uma reunião de negociação. Foi nessa reunião que o GDF propôs o parcelamento dos atrasados em dez vezes e outras categorias aceitaram esse fatiamento em oito vezes.

No dia 20/1, durante reunião com a comissão de negociação formada pelo Sinpro-DF e SAE, acompanhada pela CUT-Brasília, os representantes do GDF, finalmente, acataram a sugestão do Sinpro-DF de enviar para a Câmara Legislativa um projeto de lei que providenciasse a antecipação de receita orçamentária para efetuar o pagamento dos atrasados de uma única vez.

Luta pela ARO - No dia 26 de janeiro, a reunião da comissão de negociação do Sinpro-DF e SAE, acompanhada da CUT-Brasília, foi com a presidente da Câmara Legislativa (CL), Celina Leão. Ela garantiu que os parlamentares estavam sensibilizados e que poderia mobilizar uma convocação extraordinária e sem custos para o erário para aprovação da ARO no Poder Legislativo. Ato público em frente à CL.

No 3/2, primeiro dia do ano legislativo, docentes realizaram piquete em fren-

APÓS ATRASO DE PAGAMENTOS, O QUE OS(CAS) PROFESSORES(AS) PODEM ESPERAR DO NOVO GOVERNO?

Currículos à parte, governador e secretários de Estado assumem um cargo político. Isto significa negociar, dialogar, buscar alternativas e saídas para sanar os problemas que surgem.

Desde que assumiu, Rollemberg vem batendo na tecla de que não há dinheiro suficiente em caixa para pagar os salários dos(as) professores(as).

O governador fez um movimento tímido de articulação em busca de dinheiro, que acabou não dando certo, e a brilhante saída foi enfiar goela abaixo dos servidores um calendário sem discussão com a categoria, dividindo os passivos trabalhistas em diversas parcelas – como se o trabalho fosse também executado em prestações e como se a legislação vigente permitisse esse tal fatiamento salarial.

Falta de dinheiro não é argumento para o não pagamento. Ou falta empenho político ao governador, ou falta preparo para lidar com problemas, ou, pior ainda, tudo o que estamos vivenciando faz parte de uma estratégia maior de governar.

De olho no tal “choque de gestão” alardeado durante a campanha eleitoral, Rollemberg pode estar muito bem preparando terreno para tomada de decisão ainda mais dura para cima dos trabalhadores, como um norteador da política econômica do novo governo.

Pelo tratamento que o GDF vem dispensando aos(as) professores(as), mesmo ao conjunto dos servidores públicos, a próxima medida não surpreenderá se for não conceder à categoria os reajustes programados para acontecer neste ano, a última etapa do plano de carreira.

Não à toa, está explicitado no programa de governo da coligação Somos todos Brasília que “o GDF, entendido como um sistema de alta complexidade, requer revisão profunda de suas práticas gerenciais e administrativas [...]”. Mais adiante: “O governo inovador, proposto pela coligação Somos todos Brasília, começa por mudanças radicais na gestão e na governança”. E radicalizou mesmo.

te à CL para exigir aprovação da ARO. No 4/2 ocorreu reunião da comissão de negociação com líderes partidários na CL e apitação na Rodoviária durante sessão externa da CL. No mesmo dia, houve manifestação em frente ao Palácio do Buriti quando se soube que a ARO não havia sido encaminhada para votação.

Entre os dias 4 e 10 de fevereiro, a comissão de negociação e toda a diretoria colegiada do Sinpro-DF se mobilizaram para garantir a aprovação da ARO separada do pacote fiscal, que irá implantar o choque de gestão. No dia 10/2, no fim da tarde, 21 dos 24 parlamentares aprovam a ARO.

ASSEMBLEIA GERAL

COM PARALISAÇÃO NO PRIMEIRO DIA LETIVO, 23 DE FEVEREIRO
10H, NA PRAÇA DO BURITI

PAUTA:

- ATRASO DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS
- AUTORITARISMO NA ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR
- PRECARIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
- ATRASO NA LIBERAÇÃO E INSUFICIÊNCIA DO VALOR DO PDAF